

A contra-reforma neoliberal conduz à “guetização” socioeducativa

## Defender o currículo, reforçar a democracia

António Nabarrete\*

*“Temos de assegurar que as nossas escolas tenham um currículo forte, coerente e explícito, assente nas artes e nas ciências, que dê plena oportunidade aos alunos para se integrarem em actividades e projectos que as tornem vivas. É fundamental que os alunos adquiram o conhecimento que precisam para compreender os debates políticos, o fenómeno científico e o mundo em que vivem. É fulcral garantir que eles são preparados para assumir as responsabilidades de cidadania democrática numa sociedade complexa. [Para isso] precisamos que os nossos professores tenham uma formação abrangente e não apenas treino para as questões sujeitas ao crivo dos testes e que as escolas possam manter tanto os padrões de aprendizagem quanto os padrões de comportamento.”*

Quem o afirma é Diane Ravitch, historiadora da educação com larga experiência política em pelo menos três administrações americanas, num livro publicado em 2010 e intitulado *“VIDA E MORTE DO GRANDE SISTEMA ESCOLAR AMERICANO: Como os Testes Padronizados e o Modelo de Mercado Ameaçam a Educação”*. Este livro, que para além do mais se constitui como uma intensa e profunda autocrítica, ilustra de forma clara como a destruição da Escola Pública e a sua substituição pela chamada liberdade de escolha, isto é, a lei do mercado sustentada em dinheiros públicos, levam à criação de um fosso cada vez maior entre os alunos que singram e os que ficam para trás e a substituição da aprendizagem por uma colecção de pequenos truques destinados a ultrapassar os exames.

### O exemplo americano

Embora tendo presente o que nos separa dos Estados Unidos nos planos político, sociológico ou cultural, valerá a pena recordar em breves palavras em que consistiu a reforma neoconservadora (ou neoliberal se assim se quiser) levada a cabo nesse país a partir do início da década de 90 do século passado. E valerá a pena porque nos ajudará a compreender que os cortes curriculares, a generalização dos testes e dos exames, a municipalização da educação e mesmo a destruição do sub-sistema de Educação de Adultos postos em prática em Portugal nos últimos anos (a municipalização ainda está em fase experimental) são tudo água da mesma cascata. Uma corrente destinada a enfraquecer a Escola Pública que, exceptuando meia dúzia de “escolas de referência”, será sistematicamente sub-financiada e destinada aos alunos mais desfavorecidos enquanto se irá canalizando dinheiro público para

os conglomerados do ensino privado donde sairão as futuras elites empresariais e políticas se tais intentos não forem travados a tempo. É a própria democracia que está em causa neste processo. Nos Estados



**Os desafios da docência**  
perante o recuo dos direitos de cidadania  
5 e 6 de fevereiro de 2015  
fórum Lisboa

Unidos, numa década, o nível de destruição do sistema educativo foi de tal dimensão que mesmo uma administração ultra-conservadora como a de George W. Bush se viu forçada a emendar a mão em alguns dos seus aspectos mais tenebrosos através do *“No Child Left Behind Act”* (Lei do Congresso “nenhuma criança fica para trás” de 2001). Mas o modelo, no essencial, permaneceu na mesma.

A reforma baseia-se na tão propalada “liberdade de escolha”. As famílias têm a possibilidade de escolher a melhor escola, à qual são entregues os subsídios públicos oferecidos pelo Estado. Nessa conformidade, e tendo em vista a criação de condições para a referida liberdade de escolha, é estimulada a competição entre as escolas, para que estas captem mais alunos e mais recursos. O sistema de escolhas baseia-se nos resultados dos testes padronizados que permitem estabelecer um “ranking” dos estabelecimentos de ensino. A variação, para cima ou para baixo, das pontuações em Leitura ou Matemática tornou-se no único instrumento crítico para avaliar os alunos, os professores e os directores das escolas. O ímpeto reformista (expressão também muito cara aos nossos governantes deste lado do Atlântico) levou à radicalização dos testes e do uso dos seus resultados para punir professores e directores cujos alunos não alcançaram as pontuações desejadas nos testes padronizados. Todo este processo foi sustentado por administrações republicanas e democratas, uma vez que se construiu um consenso entre os dois partidos sobre o andamento da reforma educativa. Após mais de duas décadas de aplicação, e apesar do *No Child Left Behind Act* de 2001, o ensino americano não melhorou. Os resultados da educação orientada pelos princípios do mercado, como reconhece a própria Diane Ravitch *“são píffios e contraproducentes, materializados por um baixo desempenho e não pela sua elevação”*. Por outro lado, os mecanismos que premeiam monetariamente os professores pelo bom desempenho dos seus alunos nos testes e nos exames levaram-nos a desenvolver formas de burlar os resultados, fragilizando o sistema. Os professores passaram a investir essencialmente no ensino de truques que permitam aos alunos responder com êxito aos testes, em detrimento de uma formação consistente em todas as áreas do conhecimento. O currículo foi reduzido a habilidades básicas em leitura e matemática, associadas a recompensas e punições por meio das avaliações. Diane Ravitch salienta que *“Os testes, [...], tornaram-se uma preocupação central das escolas [...] um fim em si mesmo. Eu comecei a acreditar que a responsabilização, conforme estava definida na lei federal, não elevava padrões, antes imbecilizava as escolas à medida que os Estados e os Distritos lutavam para atingir metas irrealistas.”*

### **O lado de cá do Atlântico**

Verdadeiras contra-reformas como esta, no sentido do corte do currículo, da “examocracia” e da privatização implícita ou explícita da educação, atravessaram o Atlântico e estão a provocar estragos em vários países da União Europeia. A Suécia, por exemplo, assiste a uma clara “guetização” socioeducativa na sequência da introdução de cheques-ensino de tipo universal ao mesmo tempo que os resultados globais dos alunos acumulam quebras significativas. A Espanha, aqui ao lado, está a pôr em marcha a sétima reforma educativa dos últimos 35 anos, passando as artes e a filosofia para segundo plano tendo em vista reforçar as chamadas disciplinas “instrumentais”.

Em Portugal, praticamente sem debate e sem laivos de período experimental, cortaram-se currículos, disseminaram-se testes e exames, impuseram-se infinitas metas curriculares em cada disciplina. Pelo caminho destruiu-se a educação de adultos, sem nada oferecer em

troca, criou-se um modelo quase fictício de ensino profissional mas com condições para “abrigar” os náufragos do ensino regular de banda cada vez mais estreita, isto é, a grande maioria dos filhos dos portugueses.

A contra-reforma neoliberal intra-muros é conduzida por um ministro que, segundo André Macedo em artigo escrito no Diário de Notícias de 30 de Agosto de 2012, *“vive preocupado em exhibir autoridade. Quer chumbar, punir, travar. Vê a escola como um centro de exclusão, não como um espaço de desenvolvimento de competências sociais, culturais e técnicas – com regras, competição e exigência. Não tem um plano educativo desempoeirado: sofre de reumatismo ideológico. Engaveta os alunos. Encolhe o país. Reduz a riqueza. É matemático.”*

Diremos nós que Crato não tem um plano educativo desempoeirado mas tem objectivos bem definidos que está a pôr em prática com uma contundência política inaudita, inversamente proporcional, aliás, ao discurso manso que reveste cada um dos seus pequenos passos e que, apesar da pobreza semântica, é bem revelador dos seus intentos. Numa das suas frases lapidares, pronunciada na Universidade de Verão do PSD de 2011, acentuou as virtudes do "Estudo" dizendo: "Estudar vale a pena para ganhar mais dinheiro."

A frase pode ser descrita como uma imbecilidade mas o seu fundo ideológico é o mesmo de outras longitudes e latitudes: o valor da liberdade de escolha é superior a qualquer outro, a concorrência num mercado como a Educação leva naturalmente à selecção dos melhores e à eliminação dos piores desempenhos (sejam alunos, professores, directores ou escolas) e a gestão privada é mais eficaz que a pública (logo, ainda que seja o dinheiro público a financiar as escolas privadas, o Estado ficará a ganhar com esta opção).

### **A resposta necessária**

A liberdade de escolha traduz-se, na prática, pelo regresso à lei do mais forte. É uma ameaça à democracia e uma porta aberta à transferência de fundos públicos para as escolas privadas, com violação da Constituição e da Lei de Bases do Sistema Educativo. A concorrência, levando eventualmente ao desaparecimento das escolas com pior desempenho em termos de resultados nos exames que conduzem aos “rankings”, não resolve, antes acentua, o problema das desigualdades, que estará sempre presente em cada escola num sistema em que o que interessa é o topo e não o todo. A gestão privada só é mais eficaz que a pública se o Estado, através do governo, advogar e permitir a desregulação das leis do trabalho promovendo a perda de direitos salariais e laborais dos professores, técnicos superiores e pessoal não docente.

Em suma: trata-se de um profundo debate ideológico e de uma luta prolongada entre os democratas que querem um país de cidadãos com direitos e o capital financeiro que usa os governos para perpetuar e alargar a sua rapina sistemática.

Defender o currículo (das artes às ciências, das línguas à educação física e às tecnologias, da história à filosofia e à geografia) é defender a democracia.

Defender a Escola Pública como um lugar em que o currículo é gerido e trabalhado de forma cooperativa, em projectos e actividades integradoras, em oposição aos exames e aos “rankings” é defender a democracia.

Defender a formação de qualidade, inicial e contínua, de professores e educadores e condições dignas de trabalho é defender a democracia.

É esta a resposta necessária.

\* Direcção do SPGL – Membro da Comissão Executiva

**Nota:** *o autor não usa as regras do Novo Acordo Ortográfico*